


	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b>			PROCESSO:
				FOLHA:
				RÚBRICA:
<b>TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA</b>				
<b>( X )PMTM    ( )SOCIAL    ( )SAÚDE    ( )EDUCAÇÃO</b>				

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO** (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

1.1. Aquisição de óleo lubrificantes, graxa e agente de redutor para manutenção preventiva e corretiva dos veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito.

2. Especificação do produto/quantitativos:					
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CATMAT	MARCA DE REFERÊNCIA
01	ÓLEO 15W40 Apresentação: Líquido Viscoso Origem: Mineral Viscosidade: Sae 15w40 Uso: Motor A Diesel <b>Galão de 20 Litros</b>	Unidade	50	446936	
02	ÓLEO 10W30 Viscosidade: SAE 10W30 Nível de Desempenho: API GL-4 Normas: API GL-4, AGCO Massey-Ferguson M1135, ZF TE-ML-03E. Benefícios Contêm agentes anticorrosivos e antioxidantes; Oferece proteção antidesgaste. <b>Galão de 20 Litros</b>	Unidade	08	461663	
03	Óleo Sintético 5W30 Base: Sintético Viscosidade: 5W30 Classificação: API SN / ACEA C3-16, DPF / VW 504.00. VW 507.00 <b>Galão de 20 Litros</b>	Unidade	03	616955	
04	ÓLEO AW 68 Uso: Manutenção De Máquinas Tipo: Hidráulico Classificação: Aw Viscosidade: Iso 68 <b>Galão de 20 Litros</b>	Unidade	14	620720	
05	<b>Graxa</b> Tipo Base: Óleo Mineral Tipo Espessante: Cálcio Tipo Aditivos: Lubrificante Consistência Nlgi: 2 Características Adicionais: Grafitada <b>Galão de 20 Litros</b>	Unidade	14	602739	
06	ARLA 32 Volume líquido 20L COR:BRANCO <b>Galão de 20 Litros</b>	Unidade	20	438910	
07	<b>ÓLEO 15W40</b> Formato de venda: Unidade Classificação API: Api sp. Recomendado em motores de 4 tempos. Tipo de recipiente: garrafa.	Unidade	100		



	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b>			PROCESSO:
				FOLHA:
	<b>TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA</b> <b>( X )PMTM   ( )SOCIAL   ( )SAÚDE   ( )EDUCAÇÃO</b>			RÚBRICA:

	Protege e prolonga a vida útil do motor do seu veículo. <b>Uso: Motor a gasolina e ou etanol</b> <b>Embalagem contendo 1 Litro</b>				
08	Aditivo Org. Rosa Aditivo concentrado para radiador, oferecendo proteção avançada contra corrosão, superaquecimento e cavitação, especialmente para sistemas de arrefecimento de veículos. <b>Galão de 20 Litros</b>	Unidade	12	472239	

### 2.1. ENQUADRAMENTO DOS BENS

2.1.1. Material (ou bem) de consumo: aquele que, em razão de seu uso corrente e da definição da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada há dois anos.

Os objetos desta contratação, com base nas definições do item 1.1, são todos bens de consumo à luz do Decreto Federal nº 10.818, 27 de setembro de 2021, art. 2º, III. Portanto, não há bens de luxo (inciso I, do mesmo dispositivo) no rol a ser adquirido.

### 3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

3.1. A presente contratação visa à aquisição de óleos lubrificantes, graxa e agente redutor para a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e equipamentos utilizados pela Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito. O fornecimento regular desses produtos é essencial para assegurar o pleno funcionamento dos motores, reduzir o desgaste de peças, evitar paradas inesperadas e prolongar a vida útil dos equipamentos.

A contratação se justifica pela necessidade contínua de manter a frota e os equipamentos em condições operacionais, garantindo a eficiência das operações e a segurança dos colaboradores. A ausência de lubrificação adequada pode resultar em falhas mecânicas, aumento de custos com reparos emergenciais e comprometimento das atividades desenvolvidas. Portanto, a aquisição dos materiais é imprescindível para assegurar a continuidade dos serviços prestados.

3.2. Interesse público: Garantir a manutenção da frota responsável pelo transporte de pessoas, materiais e execução de serviços essenciais, evita falhas mecânicas, reduz custos com reparos emergenciais e assegura a continuidade dos serviços prestados à população.

3.3. Metodologia do quantitativo: Os quantitativos dos materiais foram estimados de acordo com o consumo verificado nos últimos 12 meses, considerando as demandas oriundas da necessidade das Unidades Escolares e da Secretaria Municipal de Educação.

3.4. Justificativa do Quantitativo solicitado: Informações baseadas na utilização dos anos anteriores e previsão de crescimento para o ano de 2025.

### 4. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE



(art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

4.1. Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21): **12 (doze) meses, a partir da assinatura contratual.**

4.2. Prorrogação do Contrato: O contrato poderá ser prorrogado a critério da administração, devidamente justificado com fundamento nos termos da Lei 14.133/2021.

4.3. Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21): O contrato poderá ser reajustado, sempre obedecendo a índices oficiais de governo e devidamente justificado. As regras do reajustamento serão aquelas constantes do edital, quais serão os índices utilizados, as condições de aplicação e eventuais limitações. Além disso, é fundamental que os participantes da licitação estejam cientes dessas condições antes de submeterem suas propostas.



	<p align="center"><b>PODER EXECUTIVO</b>  <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b>  <b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b>  <b>PÚBLICAS</b>  <b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b></p>		<b>PROCESSO:</b>  
			<b>FOLHA:</b>  
	<b>TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA</b> <b>( X )PMTM    ( )SOCIAL    ( )SAÚDE    ( )EDUCAÇÃO</b>		<b>RÚBRICA:</b>  

**5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO** (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)

5.1. Conforme elementos constantes no art. 18, § 1º da Lei 14.133/2021:  
 Para os fins dos presentes autos, com base no aspecto discricionário conferido à Administração pelo art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, entende-se que a MENOR COMPLEXIDADE do objeto e o valor estimado enseja a prescindibilidade de estudo técnico preliminar.  
 Contudo, mesmo com a ausência do ETP, fazem-se necessárias informações mínimas para contratação e cumprimentos dos dispositivos legais constantes no art. 72, da Lei nº 14.133, de 2021, capazes de maximizar o interesse público e a devida segurança jurídica, os quais veremos a seguir neste Termo de Referência.

**6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO** (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)

6.1. A aquisição dos materiais acima mencionados se torna a solução mais vantajosa, visto que, a Administração (PMTM) não possui o objeto acima citado em seu espaço (almoxarifado), portanto a necessidade ter uma empresa que atenda a esta contratação. A contratação visa obter resultados positivos, como a otimização de tempo/trabalho, uma vez que a PMTM não possui material humano para entrega/logística como exemplo: transporte, pessoal de apoio, tempo para exercer as entregas.  
 6.2. A contratada deverá fornecer garantia de, no mínimo, 30 (trinta) dias nos materiais entregues a contar da data de recebimento definitivo do objeto.  
 6.3. As despesas da execução da garantia de serviços aqui citada deverão ser por conta da contratada, sem qualquer ônus para a contratante.  
 6.4. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não será exigida garantia de execução contratual.

**7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)

7.1. Qualificação Técnica (conforme art. 67, Lei 14.133/2021): Não será exigido.  
 7.2. Apresentação de documentos juntamente à proposta de preços: Apresentação de documentos, conforme solicitado posteriormente pelo Agente de Contratação.  
 7.3. Vistoria Prévia (observado os § 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021): Não será exigido.  
 7.4. A apresentação de amostra e/ou demonstração dos (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021): Não será exigido.

**8. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**  
 (art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021)



8.1. O prazo de entrega dos materiais será de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento do Empenho pela empresa selecionada.  
 8.2. O objeto do contrato deverá ser entregue nas dependências da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, situada na Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro - Trajano de Moraes - RJ, de Segunda à sexta-feira, conforme planilha, horários e dias posteriormente comunicados.  
 8.3. O produto deverá ser fornecido em embalagens lacradas, identificadas com nome do fabricante, número do lote e data de fabricação e especificação: SAE / API / ISSO.  
 8.4. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado assinado pelas partes, em até 15(quinze) dias.  
 8.5. O objeto do contrato será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado assinado pelas partes que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.  
 8.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Contrato, devendo ser substituídos no prazo de **02 (dois) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (base legal art. 140, § 1º).  
 8.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato (conforme art. 140, § 2º).

**8.1. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

8.1.1. Em razão da previsão de estimativa financeira de pequeno valor, não se recomenda a adoção da exigência de garantia financeira para a futura contratação, visto, ainda, que em tese, os riscos que possam advir da sua





	<p align="center"><b>PODER EXECUTIVO</b>  <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b>  <b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b>  <b>PÚBLICAS</b>  <b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b></p>		<b>PROCESSO:</b>  
			<b>FOLHA:</b>  
	<b>TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA</b> <b>( X )PMTM   ( )SOCIAL   ( )SAÚDE   ( )EDUCAÇÃO</b>		<b>RÚBRICA:</b>  

execução não apontam proporcionalmente para potenciais prejuízos financeiros.

## 9. OBRIGAÇÃO DAS PARTES

### 9.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 9.1.1 Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 9.1.2 Fornecer os produtos/serviços no local de entrega previsto neste termo, acompanhados do(s) correspondente(s) Termo(s) de Garantia e Suporte (se for o caso);
- 9.1.3 Promover por sua conta a cobertura, por meio de seguros, dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução deste termo;
- 9.1.4 Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual;
- 9.1.5 Ser a única responsável, integral e exclusiva, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar a Administração ou a terceiros, provenientes da prestação dos serviços/aquisição de mercadorias objeto do presente termo, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito;
- 9.1.6 Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização desta Administração;
- 9.1.7 Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização desta Administração;
- 9.1.8 Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto desta contratação, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/21;

### 9.2 OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO:

- 9.2.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às suas dependências, relacionadas à execução do objeto deste Termo de Referência;
- 9.2.2 Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos, não previsto no presente edital, e tudo o mais que se relacione com a prestação dos serviços, desde que não acarrete ônus para Administração ou modificação das obrigações;
- 9.2.3 Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste termo;
- 9.2.4 Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



## 10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021)

- 10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021.
- 10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021.
- 10.3. A execução do contrato deverá produzir seus efeitos a partir de sua assinatura do instrumento contratual, obedecendo aos critérios estabelecidos nesse termo de referência.

## 10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

- 10.4. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.
- 10.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.6. Ficam indicados como futuro fiscal (ou comissão de fiscalização, se for o caso) e futuro gestor do contrato,



	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b>			PROCESSO:
				FOLHA:
	<b>TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA</b> <b>( X )PMTM   ( )SOCIAL   ( )SAÚDE   ( )EDUCAÇÃO</b>			RÚBRICA:

os seguintes servidores (se for o caso): Fiscal do futuro contrato: Jomar Furtado/ Mat: 4319 e Gestor do futuro Contrato: Jomar Furtado/ Mat: 4319.

## 12. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)

- 12.1. O pagamento será realizado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do ar. 141 da Lei 14.133/2021.
- 12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.
- 12.3. Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos direcionados a Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes - CNPJ nº 29.115.441/0001-10, endereço Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro - Trajano de Moraes/RJ.

## 13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR DA AQUISIÇÃO POR CONTRATAÇÃO DIRETA (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021) e (arts. 74 ou 75 da Lei 14.133/2021)

- 13.1. A aquisição do objeto/a prestação dos serviços está fundamentada nos pressupostos do art. 75, II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

## 14. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS

- 14.1. Consórcios
- a) Será admitida a participação de licitantes em regime de consórcio.
  - b) As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante o TCE-RJ por todos os atos praticados pelo consórcio;
  - c) Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.
- 14.2. Cooperativas
- a) Será admitida a participação na licitação de cooperativa de trabalho regida pela Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, sendo esta considerada a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho, nos termos da legislação em vigor.

## 15. SUBCONTRATAÇÃO

- 15.1. Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto.

## 16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)



- 16.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 54.918,52 (cinquenta e quatro mil, novecentos e dezoito reais e cinquenta e dois centavos)**.  
**(ARQUIVO 03- ESTIMATIVA DE PREÇOS PRÉ APURADA PELO NÚCLEO DE COMPRAS ANEXO).**

## 17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)

- 17.1. A(s) dotação(ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é(são):

SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO	FICHA
Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito	1200.267820030.2015	3390.30.00	17050000	100



	<p align="center"><b>PODER EXECUTIVO</b>  <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b>  <b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b>  <b>PÚBLICAS</b>  <b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b></p>		PROCESSO:
			FOLHA:
			RÚBRICA:
<p align="center"><b>TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA</b></p>			
<p align="center"><b>( X )PMTM   ( )SOCIAL   ( )SAÚDE   ( )EDUCAÇÃO</b></p>			

**18. DISPOSIÇÕES GERAIS**  
18.1. O presente termo foi concebido com base na Lei nº 14.133/21, e demais legislações pertinentes.

**19. ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
19.1. Compõe como Anexos a este TR os seguintes documentos:  
Anexo I - Planilha de Preços Pesquisados pelo Núcleo de Preparação.  
Anexo II – Memória de Cálculo.

<p>Trajano de Moraes, 24 de Março de 2025.</p> <p>Marcelo Dias Pinheiro Mat: 4428</p> <p>Renato Martins Bueno Mat:4412</p>	<p><b>De acordo</b> com Termo de Referência.</p>   <p>Leonardo Pinheiro Lessa Secretário Municipal de Transporte e Trânsito</p>
--	--

